



Sindivigilantes do Sul cobra das prefeituras cumprimento da Lei da Vigilância 24 horas



Prefeituras devem fiscalizar o respeito à lei, afirma Dias

O Sindivigilantes do Sul encaminhou correspondência a diversas prefeituras solicitando providências imediatas para obrigar os bancos locais a cumprirem a lei da vigilância armada 24 horas nas suas agências.

“O sindicato tomou conhecimento que os bancos do município não vêm cumprindo com o comando da Lei... a qual determina a obrigação de manter vigilante 24 horas nas agências bancárias, sejam elas públicas ou privadas, bem como nas cooperativas de crédito”, diz o documento assinado pelo presidente Loreni Dias.

“Não adianta os vereadores aprovarem o projeto e o prefeito sancionar, se a lei não for respeitada

pelos bancos”, afirma Dias. “E por ser lei municipal, o encargo de fiscalizar é da prefeitura”, completa.

Foram oficiadas as prefeituras de Alvorada, Butiá, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canoas, Cerro Grande, Charqueadas, Cruz Alta, Entre Ijuís, Júlio de Castilhos, Mostardas, Osório, Porto Alegre, Rosário do Sul, São Gabriel, São Jerônimo, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, Tapes, Triunfo, Tupanciretã e Viamão.

Nestas cidades já transcorreu o prazo de adequação dos bancos à legislação e a resistência dos bancos em cumpri-la é grave não apenas pelo aspecto legal, mas também por causa da importância da lei, que visa conter a onda de explosões e assaltos a caixas eletrônicos que colocam a vida de usuários e população em geral, salienta o ofício.

Em razão disso, o sindicato solicita aos prefeitos que sejam tomadas as medidas necessárias, como aplicação de multas ou até cassação de alvará de funcionamento, junto às instituições financeiras que estão desrespeitando a obrigatoriedade de manter vigilantes 24 horas, inclusive feriados e finais de semana, como manda a lei em vigor.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Hércules demite e não paga rescisão dos vigilantes do Sesc Quitandinha e Nogueira, no RJ



A empresa Hércules Vigilância e Segurança Ltda prestadora de serviços no Sesc Quitandinha e no Sesc Nogueira, em Petrópolis, demitiu 39 vigilantes essa semana nos municípios de Teresópolis, Petrópolis e Três Rios. Teve a cara de pau de dispensar, não pagar os direitos trabalhistas dos vigilantes e ainda procurar o Sindicato para realizar as homologações. A Hércules enviou ao Sindicato os Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho sem efetuar nenhuma de suas obrigações, tais como: multa dos 40% do FGTS, férias vencidas, 13º salário proporcional, aviso prévio, além de não apresentar as guias do seguro desemprego dos trabalhadores.

A empresa pertence a Frederico Carlos Crim Câmara que também é presidente do Sindicato Patronal (Sindesp/RJ) que representa

todas as empresas. A atitude da Hércules é um desrespeito ao trabalhador e também ao Sindicato.

As entidades contratantes também são corresponsáveis e provocaram as demissões por conta da má gestão à frente dos Sesc Quitandinha e Nogueira. O Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e região não realizou as homologações dos trabalhadores por não compactuar com a fraude.

“Se a empresa não realiza o pagamento das verbas rescisórias, pratica crime e prejudica o trabalhador. O momento de uma demissão é muito ruim onde o vigilante fica à mercê de uma realocação no mercado de trabalho. Não vamos pactuar com isso. O Sindicato vai entrar com pedido de cumprimento das verbas rescisórias e também de dano moral contra a empresa e os contratantes”, afirma Adriano Linhares.

Atualmente, os Tribunais Regionais de Trabalho tem entendido que, com a falta de pagamento das verbas rescisórias a trabalhadores dispensados de maneira imotivada, tirando-lhes com isto a capacidade de prover suas necessidades básicas, tem o condão de gerar dano moral, devendo as empresas que assim atuam serem responsabilizadas por essa conduta ilícita, nos termos dos artigos 186 e 927 do Código Civil Brasileiro.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis

Ladrões furtam armas e coletes à prova de balas em agência bancária de Uberlândia



Agência fica na Avenida José Fonseca e Silva no Bairro Jardim Patrícia (Foto: Luis Corvini/G1)

Ocorrência foi registrada no início da madrugada (5) em agência da Caixa Econômica no Bairro Jardim Patrícia. Atendimento na unidade está suspenso.

Criminosos arrombaram uma agência bancária da Caixa Econômica Federal de Uberlândia, no início da madrugada desta quarta-feira (5), e furtaram três revólveres e coletes à prova de balas. Segundo a Polícia Militar (PM), os objetos estavam em um cofre e pertenciam à vigilância da agência.

A CEF esclareceu que as informações sobre eventos criminosos em suas unidades são repassadas exclusivamente às autoridades policiais. Ressaltou, ainda, que está contribuindo com as investigações da polícia e a agência permanece fechada para manutenção. Os clientes poderão ser atendidos nas demais agências, lotéricas e correspondentes CAIXA

Aqui da região.

A agência fica na Avenida José Fonseca e Silva, no Bairro Jardim Patrícia, e foi invadida por volta da 0h20. A PM foi acionada depois que o alarme do banco disparou. Os autores pularam o muro dos fundos, que dá acesso ao estacionamento da agência, e invadiram o local pelo sistema de ar condicionado. Em seguida, arrombaram três portas com o auxílio de um pé de cabra e foram até a sala onde estava o armamento.

Não há informação se havia vigilantes do local no momento da ação dos ladrões. A Polícia Federal (PF) foi acionada e os peritos estão no local nesta manhã (5). A perícia disse que os autores quebraram algumas das câmeras e cortaram a cerca elétrica. Os rastreamentos seguem nesta manhã para tentar identificar e prender os suspeitos, que foram vistos fugindo em um carro de passeio.

O atendimento na unidade está suspenso e sem previsão de retorno conforme aviso anexado na porta de entrada.

Segundo caso

Em abril, outra agência na mesma avenida foi alvo de criminosos nas mesmas circunstâncias. Os autores invadiram a unidade do Banco do Brasil pelos fundos e levaram três revólveres calibre 38 que estavam dentro do cofre. As armas também eram utilizadas por vigilantes.

Fonte: G1

Senado: Debate sobre fim da CLT começou nesta quarta (05)

PLC 38 será debatido, mas classe trabalhadora pode pressionar para não ser aprovada

Presidida pelo Senador Cassio Cunha Lima (PSDB-PB), a Sessão Plenária do Senado Federal para discussão sobre a Reforma Trabalhista começou na tarde desta quarta (05). Com 24 senadores inscritos, o debate será feito até às 22h de hoje e volta à discussão na quinta (06). A previsão da base do governo é levar o PLC 38/2017, que trata da chamada Reforma Trabalhista, à votação no plenário na próxima quarta (12).

Segundo o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, os parlamentares estão receosos de apoiar as reformas do governo golpista de Michel Temer, em decorrência da presença constante de manifestantes nas ruas, lutando pela preservação dos seus direitos. O dirigente sindical aproveitou para convocar a militância para acompanhar de perto os próximos passos da tramitação da Reforma Trabalhista.

“Os senadores estão morrendo de medo de vocês. Vocês [manifestantes] são muito fortes. Eles iam votar dia 6 e adiaram, eles estão com medo. Isso está acontecendo porque a gente não deixa esfriar, todo dia tem ato no Brasil. A greve foi forte no Brasil inteiro e mostrou a força da classe trabalhadora”, afirmou o presidente no último dia 30 em São Paulo.

A Reforma Trabalhista é um projeto do Governo ilegítimo de Michel Temer e seus aliados que tira direitos históricos da classe trabalhadora, como férias, 13º e o descanso semanal remunerado, entre outras alterações na CLT que prejudica o trabalhador e a trabalhadora brasileira.

A Senadora Fátima Bezerra (PT-PB) critica a ação

desesperada do governo que “desmoralizado” que corre em busca de se manter chefiando o executivo aprovando as Reformas. A paraibana também desmentiu os argumentos do governo e dos favoráveis a destruição dos direitos da classe trabalhadora dizendo que vai gerar mais emprego.

“Todo e qualquer estudo sério revela que alterar mais de 100 artigos da CLT e cerca de 200 dispositivos não significa modernização e sim retrocesso”. Fátima citou uma das mudanças que será a o trabalho intermitente. “O trabalhador ficará refém dos empregadores. Os patrões vão dizer quanto tempo vão trabalhar e quanto vão ganhar. E como ficam as contas no fim do mês? É o acúmulo da precarização. É voltar aos tempos de escravidão”, contestou.

“ Todos nós teremos um lugar reservado na história e cada um escolherá o seu. A minha história será sempre de luta em defesa da classe trabalhadora e do emprego decente, por isso estamos dizendo não pra reformar trabalhista”, finalizou a senadora Fátima.

Recurso ao STF

O PT e senadores e senadoras que estão contra a reforma trabalhista apresentaram hoje em Plenário um requerimento solicitando a suspensão, por 20 dias, da reforma trabalhista, para análise de seu impacto fiscal. A reforma apresenta dezenas de dispositivos que reduzem receita ou aumentam despesas. Como, por exemplo, no caso do trabalho intermitente que reduz a contribuição previdenciária, porque o trabalhador só receberá

por horas trabalhadas e conseqüentemente terá um salário menor, e o caso da exclusão de diversas verbas remuneratórias já reconhecidas pela jurisprudência que também diminuirá a remuneração do empregado, a exemplo de prêmios, abonos, diárias. Com isso, haverá renúncia de contribuição previdenciária incidente sobre tais parcelas e de imposto de renda.

Como se vê, o PLC nº 38 cria despesa obrigatória de caráter continuado e promove a renúncia de receita. Entretanto, a proposição não está acompanhada da estimativa de impacto orçamentário e financeiro. Nesses casos, o art. 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT diz que o requerimento de 1/5 dos membros do Senado sustará o projeto de lei, para que seja feita a análise de sua compatibilidade com o Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

Na tarde desta quarta (05), como o presidente do Senado indeferiu o requerimento, o líder do PT, Senador Lindbergh Farias, anunciou que impetrará imediatamente mandado de segurança junto ao STF. Caso seja concedida a liminar, o STF poderá determinar a suspensão da Reforma Trabalhista por 20 dias, para que seja feita a análise de seu impacto fiscal e sua compatibilidade com o novo texto da Constituição Federal.

Orientações da CUT para barrar reforma, na pressão!

PRESSÃO SOBRE OS SENADORES

A CUT orienta as suas entidades a continuar a pressão direta sobre os senadores para não aprovarem a reforma trabalhista.

•Devem continuar utilizando a plataforma napressão.org.br, disponível no site da CUT, para enviar mensagens diretamente aos senadores.

•Devem ainda realizar atos e manifestações nas bases eleitorais dos senadores que estão indecisos ou que se manifestaram a favor da reforma, constrangendo-os/as o máximo possível: escrachos, manifestações, comícios, pichação, outdoor, lambe-lambe, vigílias, buzinação, recepção em aeroportos, entre outras ações.

AÇÃO DIRETA NO SENADO NO DIA DA VOTAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA

•No dia da votação devemos concentrar as atividades diretamente no Senado. Junto com membros da Direção Executiva e da direção da CUT Brasília, faremos pressão direta sobre os senadores.

Pressione os Senadores

Pressione os Senadores contra a Reforma Trabalhista no site “napressão.org.br”.

Por meio de e-mail, telefone e das redes sociais será possível enviar mensagens e participar de campanhas cadastradas no site. Já estão no ar as mobilizações de combate às reformas Trabalhista e Previdenciária e de defesa das Diretas Já!

Comece agora. Peça para os senadores do seu estado dizer SIM para os direitos dos trabalhadores e NÃO para este desmonte dos direitos trabalhistas.

Fonte: **Âmbito Jurídico**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF